



Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Redefinindo as agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social

Marcio Gazolla¹

Resumo

Este trabalho possui dois objetivos principais que são expressos em suas diferentes seções. O primeiro é situar o debate teórico no Brasil, desde a década de 1990, sobre o funcionamento e as características que explicam as experiências familiares de agroindustrialização, chamadas de agroindústrias. Esse debate procura perpassar por diferentes tradições teóricas, autores e conceitos que foram mobilizados no país para entender o modus operandi das iniciativas de agregação de valor aos alimentos e produtos da agricultura familiar. Também se procura, ao longo do texto, problematizar algumas noções usadas nas definições mais correntes destas experiências familiares de transformação de alimentos e produtos. O segundo objetivo é o da construção de uma definição que leva em conta os principais elementos (teóricos e práticos) que compõem as dinâmicas das agroindústrias familiares. Essa definição é baseada no que se usou denominar de “condições alargadas” de reprodução social das experiências, parafraseando as ideias de Ploeg (2008). Esta é composta por cinco elementos: (a) a forma familiar de produção, gestão e trabalho nas agroindústrias, aliada a capacidade de agência dos agricultores; (b) a produção em pequena e média escala de alimentos específicos; (c) a existência de uma base de recursos materiais que são estrategicamente autocontrolados pelas famílias; (d) o valor agregado das matérias-primas

¹ Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-CAFW) - Campus de Frederico Westphalen – RS. Contato: marciogazolla@ibest.com.br

próprias produzidas pela família; (e) a comercialização de alimentos desenvolvida principalmente em mercados locais ou de proximidade social.

Palavras-chave: *agroindústr agroindústria familiar, reprodução social, redefinição.*

Abstract:

This work has two main objectives that are expressed in its different sections. The first is to place the theoretical debate in Brazil, since the 1990s, about the operation and characteristics that explain the family experiences of agroindustrialization, hereinafter referred to agroindustries. This discussion seeks to pervade through different theoretical traditions, authors and concepts that were deployed in the country to understand the modus operandi of initiatives to aggregate food and family farming. Also looking through the text, discuss some notions used in the most common definitions of these experiments family food processing and products. The second objective is the construction of a definition that takes into account the main elements (theoretical and practical) that make up the dynamics of family agroindustries. This definition is based on that used to call "extended terms" social reproduction of experiences, paraphrasing the ideas Ploeg (2008). There are five elements: (a) the familial form of production, management and labor in agroindustries, coupled with capacity of farmers agency; (b) small and medium scale production coupled with specific foods; (c) the existence of a base material resources that are strategically self-controlled by families; (d) the aggregate value of own raw materials produced by the family; (e) marketing of food is developed mainly in local markets or social proximity.

Keywords: *Family agroindustry, social reproduction, redefinition.*

I. Introdução

Este trabalho possui dois objetivos principais que estão expressos em suas diferentes seções. O primeiro é o de situar o debate teórico brasileiro, desde os anos de 1990, sobre o funcionamento e as características que explicam as experiências familiares de agroindustrialização, doravante denominadas de agroindústrias. Esse debate procura perpassar por diferentes tradições teóricas, autores e conceitos que foram mobilizados no país para entender o *modus operandi* das iniciativas de agregação aos alimentos e produtos da

agricultura familiar. Também se procura ao longo do texto, problematizar algumas noções usadas nas definições mais correntes destas experiências familiares de transformação de alimentos e produtos.

O segundo objetivo é o da construção de uma definição que leva em conta os principais elementos (teóricos e práticos) que compõem as dinâmicas das agroindústrias familiares. Essa definição é baseada no que se usou denominar de “condições alargadas” de reprodução social das experiências, parafraseando as ideias de Ploeg (2008), quando o mesmo discute as características chave dos camponeses. As “condições alargadas” são os princípios pelos quais estas experiências têm pautado os seus processos de reprodução social e econômica nos espaços rurais brasileiros. Para atingir esse segundo objetivo utiliza-se de elementos já mencionados pelos diferentes estudos sobre o tema, mas também propõe-se novos elementos interpretativos, que ajudam a avançar nos conhecimentos da área, dando um passo adiante no que chama-se de “estado da arte” do debate teórico e acadêmico.

O debate teórico brasileiro sobre a agregação de valor em pequena escala realizada pela agricultura familiar apresenta-se, grosso modo, entre dois conjuntos distintos de autores que têm desenvolvido contribuições à compreensão das iniciativas². Por um lado, estão autores que entendem as agroindústrias através das noções da Sociologia Econômica (com o uso de conceitos de *embeddedness*, construção de mercados, redes sociais), da Teoria das Convenções, da noção de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural, da Economia de Aglomeração (*clustering*) e dos mercados locais de proximidade ou também denominados circuitos locais/regionais de comercialização.

Um segundo grupo de autores tem dado contribuições interessantes também. Eles explicam a reprodução social das agroindústrias através de ideias como qualidade ampla, pequena e média escala de processamento dos alimentos, produção artesanal dos produtos, as diferentes capacidades instaladas nas experiências e a noção de validação social da qualidade dos alimentos fabricados. Entretanto, esse

² É claro que existem outros autores e perspectivas de compreensão das agroindústrias no Brasil, entretanto optou-se por apresentar duas, que se julga serem as mais sobressalentes no atual contexto acadêmico e teórico.

segundo grupo de autores, não se embasa em teorias sociais e/ou econômicas para explicar o modo de funcionamento e caracterizar estas iniciativas, diferenciando-se assim do primeiro conjunto de autores mencionados.

Avança-se para além destes elementos propostos por estes dois conjuntos de autores para compreender as agroindústrias familiares e suas estratégias de reprodução social. Para tanto, propõem-se cinco elementos que comporiam o que se chama de “condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias, pelas quais elas podem ser compreendidas nos espaços rurais brasileiros. De forma sucinta, estes elementos são: (a) a forma familiar de produção, gestão e trabalho nas agroindústrias, aliada a capacidade de agência dos agricultores; (b) a pequena e média escala ligada a produção de alimentos com qualidades específicas (produtos diferenciados e com inovações embutidas); (c) a existência de uma base material de recursos que é estrategicamente autocontrolada (trabalho familiar, autoconsumo, terras, etc.) pelas famílias, sendo só em partes mercantilizada e assentada numa lógica que estaria de acordo com os fundamentos da economia de escopo.

As agroindústrias ainda se baseariam: (d) na agregação de valor as próprias matérias primas produzidas pela família, que seria a característica central das agroindústrias, sendo isso manifestado em três direções principais (agregação de valor econômico ligada às transformações que os alimentos sofrem, agregação de valor social ligada a forma familiar de produção e trabalho e a baseada na produção de alimentos típicos de um local ou território) e; (e) a comercialização dos alimentos que é desenvolvida principalmente em mercados locais ou de proximidade, devido a fatores como a informalidade, fidelidade dos consumidores devido as relações pessoais desenvolvidas historicamente e existência de um contexto institucional que por vezes lhes é hostil. Estes cinco elementos constituem o que se chamou de uma definição das “condições alargadas” de reprodução social das agroindústrias familiares.

Do ponto de vista da estrutura, o trabalho está composto de quatro seções principais. A primeira e a segunda apresentam os principais enfoques teóricos, conceitos e autores que se dedicaram ao estudo da temática no Brasil. Elas resumem “o estado da arte” no debate sobre as agroindústrias. A terceira parte problematiza as principais noções

conceituais usadas para definir as experiências, tentando demonstrar os seus enfoques e pontos débeis. Na quarta parte do trabalho propõe a noção de agroindústria familiar como um conceito síntese das iniciativas. Essa conceituação é trabalhada com base nos cinco elementos acima mencionados.

II. Embeddeness, construção de mercados, redes e circuitos locais/regionais de comercialização

Estas duas seções do trabalho destinam-se a revisão do debate sobre as agroindústrias, apresentando os principais enfoques teóricos e argumentos dos autores que debruçaram-se sobre o tema. Ressalta-se que não é a intenção desenvolver uma análise aprofundada sobre todos os trabalhos existentes, até porque isso seria impossível dada à multiplicidade de pesquisas desenvolvidas sobre este objeto no país nos últimos anos. Busca-se apenas situar o debate teórico e acadêmico mais geral e elucidar os seus principais conteúdos e autores que se julga serem relevantes.

Um primeiro autor que tem desenvolvido trabalhos interpretativos e propositivos importantes sobre o tema é John Wilkinson, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Este autor possui muita influência no debate sobre a compreensão das lógicas de reprodução social das agroindústrias e destaca-se por utilizar da Sociologia Econômica e Teoria das Convenções para entender as iniciativas de agroindustrialização, principalmente no que refere-se ao funcionamento dos seus mercados.

Para Wilkinson (2002) os mercados dos pequenos empreendimentos agroindustriais são construídos com base no prolongamento das relações familiares nas localidades rurais, com os consumidores e com os diversos tipos de canais de comercialização, sendo que a produção dos alimentos evoluiria conforme a demanda destes atores sociais. O autor chama os mercados de proximidade social, pois aspectos como transações frequentes, confiança entre consumidores e agricultores, conhecimento pessoal, parentesco e vizinhança consolidariam os

mercados, mesmo os mais informais, gerando lealdades mútuas entre os empreendimentos agroindustriais e demais atores.

Os mercados também seriam imunes a pressões externas e do Estado, pois eles consolidar-se-iam conquistando “elites” e consumidores locais pelos seus atributos de “qualidade” e como as transações são na maioria das vezes diretas entre agricultores – consumidores as agroindústrias não sofrem as sanções do ambiente institucional. Contudo, Wilkinson (2008) coloca uma questão de limitação destes mercados, que é a sua coincidência com o tamanho das suas redes sociais, sendo difícil ampliá-los para além delas. Para o autor as questões fundamentais, que permanecem para serem resolvidas por estes empreendimentos seriam: (a) como estes mercados poderiam ser ampliados além dessas redes sociais localizadas? (b) como estender as redes sociais além destes mercados?

Segundo Wilkinson (2002) a persistência das agroindústrias deve-se a sua imersão (*embeddedness*) na vida social local, enquanto que a sua adaptação as transformações dos mercados existentes e aos parâmetros regulativos exigiria a construção de mercados. Para Wilkinson, o *embeddedness* que protegeu por muito tempo estes mercados locais e informais está sofrendo a concorrência de outros mercados formais que querem apropriar-se destes nichos e também das regras “impessoais” do mercado formal higiênico-sanitário. Se isso ocorrer, estes empreendimentos agroindustriais correriam o risco de sofrerem um alto grau de seleção e de mortalidade no meio rural brasileiro.

As proposições de Wilkinson (2008) para que estes empreendimentos continuem vivos nos espaços rurais, dirige-se em dois sentidos. Primeiro, seria necessário negociar uma legislação agroalimentar adequada à escala destes empreendimentos, sendo que os critérios técnicos existentes e “inegociáveis” deveriam ser revistos de modo a poder-se aplicá-los aos vários atores existentes nestes mercados. O autor utiliza-se da Teoria das Convenções para explicar que tanto os padrões higiênico-sanitários dos “mundos” industrial como artesanal são legítimos, por seguirem princípios diferentes para alimentos diferentes. Segundo, Wilkinson (2008) afirma que seria necessário “transportar” os valores específicos e confiança destes mercados de proximidade social para outras redes mais amplas, utilizando-se de novas regras, normas e

artefatos, mas sem perder as características típicas e qualidades diferenciadoras destes produtos. Estas duas estratégias poderiam garantir a maior sobrevivência futura destes empreendimentos alimentares de pequena e média escala³.

Outro autor relevante ao debate acadêmico é Luís Carlos Mior, da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI/SC), que tem desenvolvido várias pesquisas sobre a agroindústria no Sul do país, utilizando-se do enfoque das redes horizontais e verticais de desenvolvimento rural e também da noção de “construção de mercados”.

No seu livro Mior (2005) faz uma distinção interessante entre a transformação de alimentos para o autoconsumo familiar e a agroindústria familiar rural. Segundo o autor, a primeira visava o processamento de produtos e matérias primas visando à alimentação do grupo doméstico, constituindo-se como um valor de uso. Já a segunda seria uma forma de organização social em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte da sua produção agrícola e/ou pecuária visando à comercialização da mesma. Ela também se distancia da primeira definição por ser entendida como um novo espaço de empreendimento social e econômico, que visa gerar excedentes pelo acesso aos mercados (MIOR, 2008)⁴.

Mior cita alguns elementos que melhor definem o que entende-se por agroindústria familiar rural e elenca os seguintes aspectos como característicos dessa forma de produção e trabalho: i) a localização no meio rural; ii) a utilização de máquinas, equipamentos e escalas menores; iii) procedência própria da maior parte das matérias primas processadas ou utilização da produzida por vizinhos; iv) processos

³ Trabalhos têm sido desenvolvidos no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS), utilizando destes elementos teóricos da Sociologia Econômica e propostos por Wilkinson. Ver, por exemplo, os trabalhos de Carvalheiro e Waquil (2009) e Agne (2010).

⁴ Mior em um artigo em coautoria com Wilkinson (WILKINSON e MIOR, 1999) vão criticar a abordagem do “novo rural brasileiro” por esta colocar as agroindústrias como parte das atividades “não agrícolas”. Para os autores, estas atividades de processamento agroalimentar estão longe de fazerem parte do novo rural, pois elas seriam tão antigas quanto à agricultura familiar. Eles defendem que a sua inclusão nesta rubrica obscurece o surgimento de um novo tipo de valorização do espaço rural para o qual estes estudos, com razão, têm chamado atenção e que deve ser levado em conta nas políticas locais e regionais.

artesanais próprios de fabricação de alimentos; v) utilização de mão de obra familiar; vi) existência de empreendimentos associativos entre famílias com grau de parentesco ou individuais; vii) a internalização crescente dos aspectos regulativos e fiscais nos empreendimentos (MIOR, 2005).

Com estes elementos, Mior (2005, p. 191) vai definir o que entende como conceito específico de agroindústria familiar rural:

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e\ou transforma parte de sua produção agrícola e\ou pecuária, visando, sobretudo, à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das agricultoras, a agroindústria familiar rural constitui um novo espaço e um novo empreendimento social e econômico.

Para Mior (2007) dois aspectos são centrais na viabilização dos empreendimentos. Primeiro, as redes sociais horizontais que estes agricultores constroem com organizações sociais, instituições e atores e consumidores no local em que inserem-se de forma a poderem avançar em suas realizações. O segundo aspecto que teria um papel fundamental é o uso do saber fazer incorporado a uma cultura regional. Estes conhecimentos dos agricultores seriam importantes para a elaboração de produtos agroindustriais diferenciados, que possuiriam junto aos consumidores uma representação de uma qualidade distinta dos produtos convencionais da grande distribuição agroalimentar. Isso seria estratégico para estes alimentos beneficiarem-se de sua imagem artesanal, colonial e agroecológica em termos de acesso aos mercados.

O autor afirma que os empreendimentos são susceptíveis de extinguir-se devido às regulações do Estado se as legislações agroalimentares, fiscais e jurídicas não forem revistas. Nesse sentido, Mior faz uma discussão interessante de que grande parte deste setor é informal e que ele seria diferente dos ramos ilegais da economia. O primeiro setor distinguiria-se do segundo devido seus produtos não serem proibidos, pois tratar-se-ia de uma atividade cujos processos de produção não enquadram-se nos padrões regulativos estabelecidos (por exemplo, regulamentos industriais e sanitários). O setor informal seria definido como constituído de atividades que não adotam as normas e regulamentações estatais que prevalecem num determinado momento da economia em que eles operam (WILKINSON; MIOR, 1999).

Outro autor importante a esse tema é Renato Sergio Maluf, também do CPDA/UFRRJ. Para Maluf (2004), a análise dos empreendimentos de pequeno e médio porte deve ser realizada através das noções de sistemas agroalimentares, regimes alimentares e sistemas produtivos, associadas à ideia de redes sociotécnicas como relações “situadas”. Para o autor, essas pequenas atividades agroalimentares são essenciais à reprodução social digna das famílias, por serem fontes diretas de renda monetária e também para autoconsumo, que estaria relacionada à sua segurança alimentar. Afirma ainda que essa atividade dá suporte às outras atividades não agrícolas que são desenvolvidas pelas famílias. Para Maluf as agroindústrias não devem ser classificadas como não agrícolas, pois isso seria um erro, no sentido de que a produção agrícola familiar é que lhe dá base necessária ao desenvolvimento, no caso da produção das matérias primas pelas famílias para posteriormente serem transformadas.

Segundo Maluf (2004) o enfoque territorial também é importante para se compreender os empreendimentos, pois adiciona três outros elementos. Primeiro, a identidade territorial dos agricultores, pois dela derivaria muito do valor dos produtos comercializados. Seriam exemplos os produtos com denominação de origem e os advindos de uma dada região cultural específica. Segundo, os aspectos territoriais permitiriam aproximar a produção do consumo local dos alimentos (segurança alimentar), cujas vantagens seriam menores custos de transporte, qualidade, confiabilidade dos produtos e proporcionaria hábitos de consumo diferenciados. Terceiro, a abordagem espacial-territorial possibilitaria o aproveitamento da aglomeração destes empreendimentos (*clustering*), ressaltando as vantagens em aproveitamento de capacidades específicas, mão de obra, economia de custos, inovações locais e conhecimentos compartilhados.

Para Maluf (2004) o grande sentido das agroindústrias é produzir sua própria matéria prima agrícola e agregar valor a mesma processando-a, seja de forma individual ou associativa, pois isso possibilita a diferenciação social e econômica destes agricultores. Para o êxito adequado dos empreendimentos de pequeno e médio porte o autor aponta alguns fatores principais: (a) o acesso aos mercados domésticos. O sucesso destas estratégias de agregação de valor passaria pela ótica

da “construção de mercados” adequados as iniciativas de pequeno e médio portes, com a sua inserção em mercados de nichos nacionais e internacionais, denominação de origem, orgânicos e circuitos regionais de produção, distribuição e consumo⁵; (b) a existência de programas de créditos adequados a estes tipos de unidades produtivas (a sua escala pequena ou média); (c) as unidades familiares devem realizar a agregação de valor como uma das atividades existentes nas propriedades, sempre observando a combinação com outras atividades econômicas e produtivas, mantendo assim sua diversificação rural; (d) aproximação dos produtores com os consumidores através do fornecimento de alimentos ligados aos hábitos alimentares específicos e locais, bem como processos de melhoria da qualidade dos produtos (retirada das iniciativas da informalidade e adequação das legislações existentes).

Estes três autores apresentados possuem abordagens próximas sobre o papel das agroindústrias. Primeiro, por aproximarem-se em termos de enfoques teóricos usados. Dentre os principais estão às noções de construção de mercados, redes sociais, redes horizontais de desenvolvimento, *embeddedness*, circuitos locais/regionais (mercados de proximidade) e da noção de produtos territorializados. Segundo, definem as agroindústrias familiares e seus mercados de maneira similar, alocando elementos semelhantes à compreensão dos processos reprodutivos desta forma social de produção e trabalho com alimentos transformados. Dentre os elementos principais figuram: a pequena e média escala das unidades; o uso predominante da força de trabalho familiar; tecnologias adequadas à escala produtiva; mercados de proximidade e redes sociais; as agroindústrias constituiriam um novo empreendimento social e econômico; vendas dos alimentos em circuitos locais e/ou regionais e a noção de agregar valor a sua própria produção de matérias primas.

⁵ Para Maluf (2004), a ideia de “acesso” a mercados já existentes não é uma boa opção a estas famílias, pois coloca a ênfase na capacidade “empresarial” dos agricultores em inserir-se nos mesmos, o que nem sempre é fácil dada a sua pequena escala, informalidade de algumas experiências, poucos recursos e outras fragilidades sociais das agroindústrias.

III. Qualidade ampla, pequena e media escala e validação social da qualidade

Outro autor que desenvolveu trabalhos que visaram compreender as agroindústrias foi Prezotto (2002a, 2002b). Segundo o autor, as agroindústrias rurais de pequeno porte surgiriam como uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento agrícola e visariam à obtenção da sustentabilidade social, econômica e ambiental, indo além de uma abordagem somente agrícola dos processos de desenvolvimento.

Para o autor, os empreendimentos reproduziriam-se com base em três “princípios”: (a) a economia em pequena escala de processamento dos alimentos; (b) um modelo de agroindustrialização descentralizado, pois os empreendimentos seriam pulverizados nos diferentes espaços rurais trazendo diversos benefícios; (c) as unidades agroindustriais desenvolvem-se através de uma “qualidade ampla”, que seria considerar outros aspectos além dos normativos e regulamentares formais para definir os padrões de qualidade dos alimentos. Pela noção da qualidade ampla outros aspectos seriam considerados como os ecológicos, sociais, culturais, hábitos alimentares, aparência dos alimentos, sanitários, organolépticos, entre outros (PREZOTTO, 2002a, 2002b)⁶.

Prezotto (2002b) ainda elenca alguns aspectos que caracterizariam a agroindústria rural de pequeno porte como: i) a propriedade e a gestão seriam feitas pelo grupo familiar e/ou com grupos coletivos de famílias; ii) a produção da matéria primas é familiar e/ou do grupo associado ou comprada em pequenas quantidades de vizinhos e agricultores locais; iii) a mão de obra predominante é familiar, podendo contar com outros trabalhadores em pequenas quantidades; iv) tecnologias utilizadas são adequadas à escala produtiva, a viabilidade econômica das unidades e a qualidade dos alimentos; v) sua localização predominante nos espaços rurais; vi) as unidades diferenciariam os produtos fabricados; vii) organizam-se formando redes de atores coletivos para desenvolverem-se e superarem os diversos entraves que enfrentam.

⁶ Outros autores também desenvolvem diversos trabalhos utilizando-se da ideia de “qualidade ampla” proposta por Prezotto. Só para citar alguns trabalhos: Silveira e Heinz (2005), Silveira e Trevisan (2007), Sulzbacher e Silveira (2009), Santos (2011) e Silveira et al (2010).

Com esse conjunto de elementos, Prezotto (2002b, p. 8) formula uma definição específica da agroindustrialização de pequeno porte:

[...] a agroindustrialização é o beneficiamento dos produtos agropecuários (secagem, classificação, limpeza) e/ou a transformação de matérias-primas gerando novos produtos, de origem animal ou vegetal, como por exemplo, leite em queijo e frutas em doces e bebidas.

Outros autores presentes no debate são os da Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O trabalho de Guimarães e Silveira (2010) parece sistematizar esse conjunto de estudos, problematizando as conceituações em torno das agroindústrias o papel exercido pelas políticas públicas. Segundo Guimarães e Silveira (2010) existem duas distintas situações envolvendo as agroindústrias. Uma primeira seria chamada de “agroindústria caseira” na qual a produção manteria as características artesanais, seria voltada principalmente ao autoconsumo, ao valor de uso e possuiria poucas relações com os mercados (venda de excedentes). O segundo tipo seria a “agroindústria familiar rural” entendida como um novo empreendimento social e econômico, que produziria valores de troca como um negócio, geraria rendas, possuindo integração aos mercados e internalizaria equipamentos e a legislação formal em seus processos reprodutivos.

O que diferenciaria estas unidades de fabricação de alimentos seria a arte que permeia os processos artesanais, a diferenciação dos produtos, o componente humano na sua elaboração e a possibilidade de criatividade e inovação dos agricultores, que no primeiro caso seriam essenciais a sua existência. Para os autores, as agroindústrias do segundo caso, por serem recriadas segundo os conhecimentos técnicos científicos e as diversas legislações alimentares formais, em nada se diferenciam de uma grande indústria.

Apesar dos autores não crerem que uma tipologia possa abarcar a diversidade de situações e estratos das agroindústrias, os mesmos propõem a existência de três tipos de experiências (GUIMARÃES e SILVEIRA, 2010): (a) agroindústria caseira - definida com base na inexistência de um espaço físico para o processamento e a suas relações com o autoconsumo familiar; (b) agroindústria familiar artesanal -

caracterizada pela existência de um espaço para o processamento e mantendo as características artesanais dos processos produtivos; (c) agroindústria familiar de pequeno porte - com espaço específico de processamento, procedimentos industriais de produção, diferenciando-se da grande indústria somente pela pequena escala. Estes três tipos possuiriam diferentes lógicas dependendo das suas capacidades, sendo as mesmas classificadas em capacidades: instaladas, mobilizáveis, adquiridas e adicionadas⁷. Segundo os autores, as políticas públicas deveriam incentivar as agroindústrias levando em conta estas suas diferentes capacidades, diferenciando as iniciativas para fortalecê-las de uma maneira mais adequada em seus princípios de funcionamento.

Silveira e Heinz (2005) vão propor a noção de validação social da qualidade dos alimentos fabricados pelas agroindústrias. Por essa noção, a definição dos parâmetros de qualidade dos produtos não passaria somente pelo crivo sanitário da legislação alimentar formal. Construir-se-ia um sistema da validação social, em que os agricultores, instituições, técnicos e consumidores definiriam, de forma conjunta, os atributos mínimos de qualidade alimentar para a pequena escala e processos de artesanidade vigentes nestes empreendimentos. Esses padrões de qualidade mínimos seriam pensados para toda a cadeia de agroindustrialização, não só para a fase de processamento, como faz a normatização formal das agências de regulação. Isso seria um avanço no sentido de outras variáveis sociais, étnicas, culturais, ecológicas, artesanidade alimentar, tradições locais, entre outras poderem ser absorvidas como indicadores de qualidade alimentar.

Segundo Guimarães e Silveira (2010), as políticas públicas tratam de maneira equivocada as agroindústrias por considerarem sobre o mesmo rótulo homogêneo da denominação de agroindústria familiar rural um público que é heterogêneo. Sob termos diferentes, como os das diversas

⁷ Segundo Guimarães e Silveira (2010) as capacidades instaladas seriam os equipamentos, mão de obra familiar, instalações e os conhecimentos intergeracionais. As mobilizáveis seria a habilidade em comercializar, capital social, confiança dos consumidores em seus alimentos produzidos, laços comunitários, habilidade em gestão e as redes formadas com outros atores. As adquiridas são as que viriam de trocas de experiências, em cursos diversos (gestão, qualidade, etc.), receitas reelaboradas de alimentos. As adicionadas seriam as que viriam de fora da unidade, como apoio do crédito, ONG's, redes sociais, técnicos, cooperativas, movimentos sociais.

definições acadêmicas usadas, escondem-se diferenças marcantes em termos da localização do empreendimento (rural), processo de produção (artesanal), tipo de produto (colonial) e escala de produção (pequeno porte)⁸. Essas inconsistências conceituais fariam as ações públicas fracassassem ou tivessem resultados muito abaixo dos esperados em apoiar as experiências. As políticas públicas recriariam artificialmente as agroindústrias nos espaços rurais na forma de um negócio que agora visaria o lucro e que apresentariam problemas por ter que investir muitos recursos para buscar a legalização dos empreendimentos (SILVEIRA et al, 2010).

Estes autores são próximos em suas reflexões sobre as características das agroindústrias, por usarem noções similares ao explicar a existência e modo de funcionamento das agroindústrias. Eles vão basearem-se nas noções de pequena e média escala, na ideia de alimentos artesanais (diferenciados), reafirmam a heterogeneidade social e econômica das experiências e propõem a noção de qualidade ampla para os alimentos (ou validação social da qualidade) para superar os entraves institucionais (regras de produção, distribuição e consumo dos alimentos) e para guiar a ação das políticas e programas públicos que apoiam as agroindústrias.

IV. Problematicando algumas definições

Esta seção visa problematizar as diferentes noções usadas para definir as agroindústrias que foram utilizadas pelos diferentes enfoques teóricos e acadêmicos. Alguns conceitos que são rediscutidos estão contidos nas seções anteriores do trabalho e outros são usados por diferentes instituições, políticas públicas e programas de fomento as agroindústrias. Com isso, demonstra-se as debilidades de algumas

⁸ Segundo Guimarães e Silveira (2010), as principais denominações diferentes usadas pelos estudos acadêmicos seriam: agroindústria familiar e/ou rural, agroindústria ou indústria artesanal e/ou colonial, agroindústria ou indústria rural de pequeno porte.

noções usadas para caracterizar as dinâmicas, características e a reprodução social das iniciativas.

Uma primeira noção utilizada é de que as agroindústrias constituir-se-iam como sendo um (novo) “empreendimento social e econômico” dos agricultores familiares. Essa ideia usualmente é utilizada de duas formas. Esta noção acadêmica traz consigo a inspiração de vertente Schumpeteriana do “empreendedor”, que seria a pessoa que dirigiria o empreendimento social e econômico. Entretanto, dentro desta corrente teórica o empreendedor é aquela pessoa que inova constantemente nos ciclos econômicos existentes como bem formulou Schumpeter (1985). Esta característica tal como formulada por Schumpeter não é o que se observa junto às agroindústrias, que podem possuir processos inovativos, mas por períodos determinados de tempo, períodos pontuais. Além disso, não são todas as experiências que conseguem manter processos inovadores, pois muitas delas são frágeis e com diversos problemas para manterem-se nos espaços rurais como os diversos estudos têm insistido (entraves com a produção das matérias primas, qualidade dos produtos, legislações, falta de recursos, etc.). Quando há inovações, elas são diferentes na maneira como são desenvolvidas e nos resultados que geram, quando comparadas ao que essa vertente teórica focalizou. Isso já foi demonstrado em outros trabalhos, por exemplo, em Oliveira et al (2011) e Gazolla (2012).

A literatura também vai insistir sobre outro ponto fundamental. Por serem iniciativas empreendedoras estariam voltadas aos mercados e ao lucro econômico, principalmente, as agroindústrias mais consolidadas, em maiores escalas e com maior acesso as políticas e programas públicos de fomento. Primeiro, a categoria “lucro” não é apropriada para ser utilizada as atividades ligadas a agricultura e agroindústrias, pois neste tipo de experiência defende-se que não contabiliza-se os custos de força de trabalho familiar e de oportunidade, como faz-se, por exemplo, em outros ramos econômicos como a indústria ou comércio. Nesse caso, as medidas econômicas de desempenho que seriam mais adequadas de serem auferidas são as rendas, a bruta e/ou líquida ou as receitas geradas.

Segundo, entende-se que as atividades diversas executadas no desenvolvimento rural devem tentar melhorar as condições econômicas e sociais das famílias nos locais em que são desenvolvidas. Assim, não

deve haver aversão ao ganho econômico nas atividades de agroindustrialização, pois os agricultores necessitam destes rendimentos para melhorarem a sua situação social, de vida e trabalho. Isso é plenamente atingido quando se constrói mercados que minimamente funcionem para as agroindústrias. Ou seja, que as agroindústrias consigam escoar a produção, ter certo grau de controle sobre os mesmos (autonomia), obter condições de trocas satisfatórias, preços remuneradores, como alguns estudos tem demonstrado para os processos de desenvolvimento rural (PLOEG, 2003) e específicos para as experiências de agregação de valor (WILKINSON, 2008; GAZOLLA, 2011).

A segunda forma em que esta noção de “empreendimento social e econômico” é usada junto às agroindústrias é por organizações como SENAR e SEBRAE, que em muitas regiões são fomentadores das iniciativas, através de prestação de serviços diversos, consultorias, cursos de formação, dias demonstrativos nas unidades, entre outras atividades. Para estes atores de desenvolvimento os agricultores também são considerados “pequenos e médios negócios”, mesmo estando reproduzindo-se em situações sociais desalentadoras, com baixos níveis econômicos de viabilidade, pequenas escalas produtivas e muitos fora dos mercados destes produtos (ver, por exemplo, CHÉR, 2008). Insiste-se que o mercado (na acepção neoclássica) é que vai viabilizar as experiências e que estes agricultores deveriam inserir-se competitivamente nestes para possuírem viabilidade econômica. Além disso, propõem uma economia de escala para o futuro destas experiências, o que é muito provável que as leve a uma fragilização ainda maior, como se demonstra a frente, na próxima seção, pois as agroindústrias são baseadas em economias de escopo.

Outra definição muito usual é a de “agroindústria familiar rural”, muito presente em inúmeros estudos sobre o tema. Essa forma de proceder é um tanto repetitiva em definir essa forma de produção e trabalho nos espaços rurais com alimentos, pois utiliza-se do prefixo “agro” e a palavra “rural”. Não é necessária a utilização da palavra “rural” nessa definição, já que o prefixo “agro” é sugestivo de que as experiências estão ligadas a agricultura de alguma forma e que o espaço rural é o local privilegiado em que se desenvolvem. Pois o “agro” é uma dimensão fundamental que compõe o “rural”, assim, essa forma de proceder em

definir tais experiências é redundante e não aloca novos elementos a compreensão de suas características vitais de reprodução e dinâmicas.

Outras denominações usualmente referidas para caracterizar as experiências são “agroindústria ou indústria artesanal” e/ou “colonial” e “agroindústria ou indústria rural de pequeno médio porte”. Estas também não refletem exatamente a realidade em que operam estas experiências. Primeiro, por que as ideias de “artesanal”, “colonial” ou mesmo de “pequeno porte” reportam-se há apenas uma característica destas agroindústrias, não dando ideia do restante dos elementos que são responsáveis pela sua reprodução social e econômica. O termo “artesanal” refere-se aos processos de produção e processamento dos alimentos, como eles são feitos. O “colonial” retrata a ideia de que estes alimentos foram produzidos no rural pelos agricultores familiares, a forma social de produção e trabalho responsável pelo nascimento das experiências (“os colonos” no caso do Sul do país). E o “pequeno médio porte” reporta a escala das agroindústrias, que na maioria das vezes é desenvolvida em pequenas e médias escalas de processamento dos produtos. Contudo, estas noções são insuficientes para formar uma conceituação síntese das experiências de agroindustrialização.

A palavra “indústria” também não é adequada para caracterizar as experiências, pois mesmo que haja transformação dos produtos e alimentos ali manipulados, ela traz consigo a ideia de “fábrica” ou mesmo de setor industrial. Também carrega consigo a ideia de algo em maior escala que uma agroindústria familiar e, muitas vezes, estão localizadas na parte urbana das cidades ou em suas proximidades. É claro que existem agroindústrias que em certo senso podem ser chamadas de “indústrias”, mas se fossem seguidas de termos como, por exemplo, “natural”, “agropecuária”, “rural”, que expressariam mais corretamente as suas características.

Outra definição utilizada por alguns estudiosos do país é a da “indústria doméstica”, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do país. A inadequação da ideia de indústria no rural já problematizou-se acima. Já a noção da agroindústria ser doméstica é equivocada, pois remete somente a uma das duas principais esferas da agricultura familiar - a da família. Como os estudos clássicos sobre o campesinato demonstram (por exemplo, CHAYANOV, 1974), a agricultura familiar é entendida

com base na unidade de produção que compreende os produtos produzidos, tecnologias usadas, terra, instrumentos de trabalho, recursos produtivos, financeiros, entre outros aspectos que estão ligados a essa esfera.

Já a esfera da unidade doméstica compreende a família como força de trabalho principal das agroindústrias. Engloba também as estratégias familiares e individuais, significados, projetos dos agricultores, seus repertórios culturais, racionalidades, entre outros elementos ligados a vida social e trabalho familiar na agricultura (SCHNEIDER, 2003; WANDERLEY, 2009). Ao considerar somente as agroindústrias do ponto de vista da unidade doméstica, esquece-se da outra dimensão fundamental que é a produtiva. A análise e os estudos que enfocam as agroindústrias devem ser desenvolvidos olhando-se as duas esferas existentes nas experiências e não apenas uma das mesmas, bem como o contexto social, econômico, os mercados e institucional em que estão imersas as experiências. Somente procedendo dessa forma, as agroindústrias serão compreendidas pelos estudos rurais.

Por fim tem-se a definição normativa com que trabalha o IBGE (2006) de “agroindústria rural”, que foi usada nos levantamentos estatísticos do último Censo Agropecuário⁹. Certamente ela é diferente destas demais, pois serve para realizar o Censo Agropecuário, para planejamento governamental e políticas públicas (possui um caráter interventivo). Mesmo assim, discute-se a mesma, no intuito de chamar a atenção dos planejadores e do Estado brasileiro de que há distorções no conceito. A definição usada pelo IBGE possui três problemas principais. Primeiro, ela superestima a produção agroindustrializada do país. Isso

⁹ Segundo o IBGE (2006) a agroindústria rural é as “(...) atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor”. Para ver uma primeira problematização do conceito de “agroindústria rural” usado pelo IBGE, consultar o trabalho de Bastian et al (2011), no âmbito do Grupo de Pesquisa do PGDR/UFRGS e do Projeto de Cooperação Técnica entre este primeiro e o IBGE e IPEA.

deve-se ao fato de produtos que não são alimentares¹⁰ e outros minimamente elaborados serem somados aos demais com um maior grau de transformação. É o caso, por exemplo, das chamadas “carnes verdes” como o IBGE as designa. Estes alimentos são considerados produtos da agroindústria rural, mas os mesmos são obtidos através do abate animal, sendo um produto sem nenhuma transformação. Além disso, os dados do IBGE demonstram que em vários locais do país estas carnes não são vendidas, servindo apenas ao autoconsumo das famílias na maioria dos casos como os dados indicam (BASTIAN et al, 2011).

Segundo, os dados do IBGE não permitem diferenciar se esta agroindústria rural está sendo desenvolvida na agricultura familiar ou na não familiar, inexistindo uma forma de separá-la segundo os dois tipos de agriculturas existentes. Se isso fosse possível, poder-se-ia proceder comparações, saber onde a agroindústria rural é mais representativa, conhecer as suas diferentes estratégias de viabilização, entre outros aspectos¹¹. Terceiro, a definição de agroindústria rural é baseada no produtor final que dá a destinação aos mercados dos produtos. Isso implica que um agricultor pode, por exemplo, comprar todas as matérias primas de outros agricultores, transformá-la em uma estrutura agroindustrial fora da unidade de produção (terceiros) e colocar esses alimentos nos mercados. Procedendo dessa forma, ele não faz nada dentro do seu estabelecimento, mas pode ser considerado como possuidor de uma agroindústria rural, segundo o conceito do IBGE, o que se coloca como problemático.

Com base nas reflexões desse conjunto de autores anteriormente apresentados e na problematização dos conceitos atualmente existentes sobre agroindústria, traça-se uma definição das “condições alargadas” de reprodução social da agroindústria familiar. Ressalta-se que os elementos arrolados não visam precisar em todos os aspectos sociais,

¹⁰ Dos 32 produtos levantados pelo IBGE atribuídos a agroindústria rural, 7 são não alimentares.

¹¹ Conseguiu-se produzir artigos comparativos da agroindústria rural entre os dois tipos de agriculturas porque se possuía um projeto de cooperação técnica entre a UFRGS (PGDR), IBGE e IPEA, no qual foi possível conseguir estes dados. Mas somente pelos dados do *CD-Roan* ou livro fornecido pelo IBGE isso não é possível.

culturais, econômicos e institucionais essa forma de produção e trabalho com processamento de alimentos presente nos espaços rurais. Algumas dimensões conceituais propostas coincidem com os autores analisados, algumas apresentam dissensos e outras procuram ir além das questões por eles propostas. São elencados cinco elementos centrais, que visam demonstrar o que se considera como as bases reprodutivas principais pelas quais as experiências desenvolvem-se e podem ser compreendidas.

V. Uma definição das agroindústrias familiares baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social

A Figura 1 apresenta as “condições alargadas” dos processos de reprodução social das agroindústrias familiares. As agroindústrias desenvolveriam-se conjugando cinco elementos principais: a lógica familiar (agência); uma base material e de recursos técnicos produtivos; diferentes processos de agregação de valor; a pequena/média escala ligada a produção de alimentos diferenciados/com especificidades e; suas ligações sociais e econômicas com os mercados e instituições. Estes elementos estariam presentes em todas as experiências, definindo-as, mesmo que não sejam sempre perfeitamente integrados nos diferentes processos de agroindustrialização. Também diferenciando as agroindústrias, dependendo das estratégias que os agricultores colocarem em prática e do contexto institucional presente.

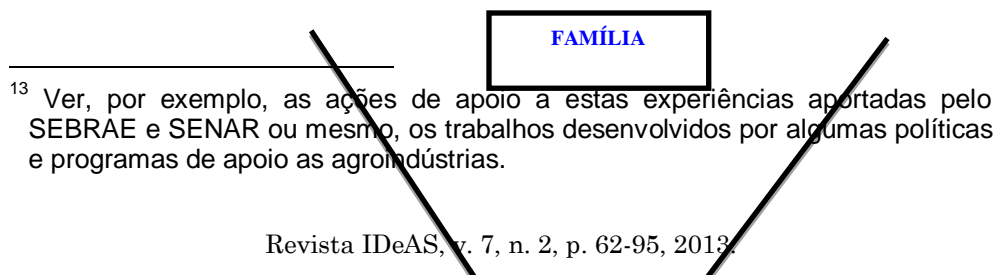
Um primeiro elemento central a compreensão da forma como reproduzem-se as agroindústrias é entender a família como lócus dos processos decisivos e de agência social¹². A dimensão principal que define estas iniciativas é a esfera familiar como força propulsora principal das experiências. É o grupo familiar que empresta os sentidos, significados, projetos e estratégias que serão postas em prática nos processos produtivos e de trabalho junto a toda a cadeia da qual a agregação de valor faz parte, desde a produção das matérias primas – processamento dos alimentos – administração da unidade familiar e, - venda dos produtos agroindustriais nos mercados. Para que isso efetive-se, muitas vezes, são colocadas em prática relações de parentesco,

¹² A noção de agência é baseada em Long (2001; 2006).

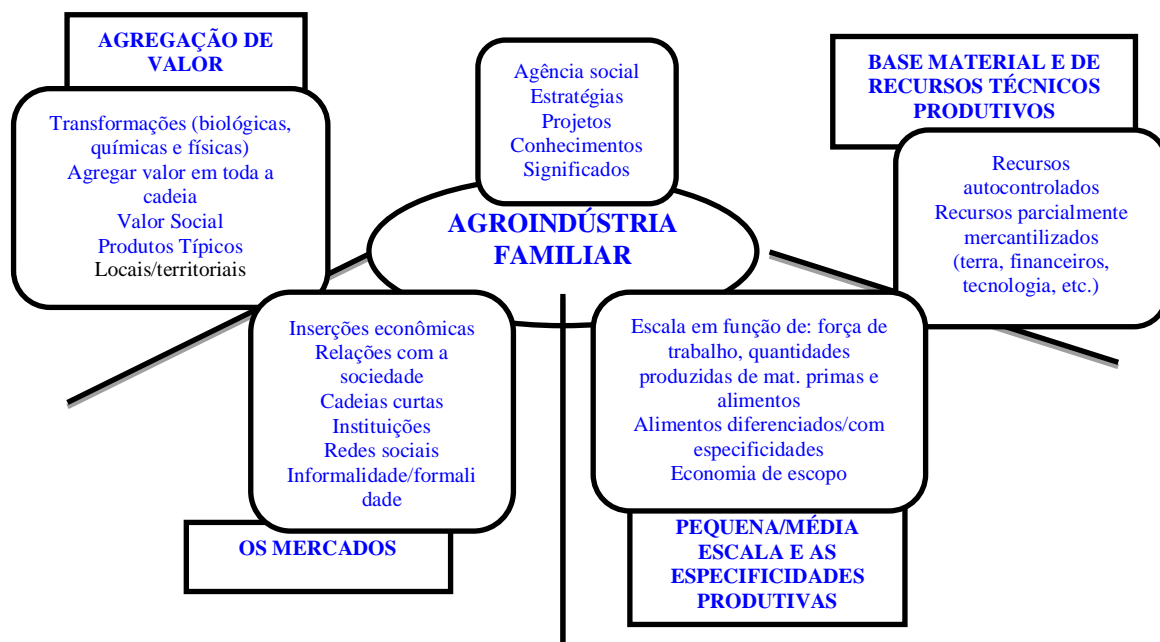
vizinhança e de comunidade com outras famílias e atores sociais, mas o grupo familiar continua sendo a célula básica de desenvolvimento das agroindústrias. A predominância da lógica familiar em enfrentar os problemas sociais, econômicos e institucionais, aliado a sua capacidade de agencia, são os determinantes da resiliência e da sobrevivência de muitas das iniciativas nos espaços rurais brasileiros.

Um segundo elemento que define as agroindústrias é a pequena escala de produção dos alimentos, conectada as especificidades dos produtos fabricados. A pequena escala produtiva define-se em função do tamanho do grupo familiar, das quantidades de matérias primas a serem processadas e das dimensões dos mercados que estas famílias conseguem vender seus produtos. Dessa maneira, a escala está muito associada à característica familiar discutida acima, que define as direções e possibilidades de crescimento das experiências. Nesse sentido, alguns enfoques existentes sobre as iniciativas no Brasil possuem uma carência central, que é a de propor o aumento das quantidades produzidas e da inserção destas experiências em “mais” mercados, como forma de crescimento das iniciativas¹³. Esta proposição configura-se na forma clássica de crescimento (*scale up*) de todas as firmas, mas principalmente as grandes, para as quais isso é facilmente possível. As agroindústrias familiares adentrando nesse terreno defrontam-se com o *treadmil* tecnológico, tendo que ampliar escala e contratar força de trabalho de fora do estabelecimento, o que foge aos princípios de sua reprodução social.

Figura 1: Representação das “condições alargadas” dos elementos que interferem nos processos de reprodução social das agroindústrias familiares.



¹³ Ver, por exemplo, as ações de apoio a estas experiências aportadas pelo SEBRAE e SENAR ou mesmo, os trabalhos desenvolvidos por algumas políticas e programas de apoio as agroindústrias.



Fonte: Gazolla (2012).

Para as agroindústrias familiares a forma mais sustentável de desenvolvimento é a diferenciação dos alimentos processados ou o que se chama de produção de especificidades (inovações em processos/produtos elaborados). Essa seria uma estratégia de crescimento mais segura, pois estas iniciativas poderiam trabalhar com diversos tipos de alimentos, diversificando as inserções mercantis, mantendo a pequena escala e utilizando-se da sua força de trabalho familiar. Por exemplo, esta estratégia seria posta em ação, através da produção de alimentos artesanais, agroecológicos e/ou orgânicos, étnicos, regionais, ligados a um conjunto de repertórios culturais específicos, produtos ligados a tradições históricas de um lugar, produtos típicos locais, alimentos feitos com arte, produtos desenvolvidos com conhecimentos específicos, entre outros, que se poderia arrolar. Com isso estas unidades mantêm suas características familiares e se desenvolveriam utilizando-se do maior potencial que possuem para agregar valor às matérias primas próprias, que é a possibilidade de diferenciar alimentos, através do uso da inovação e criatividade dos agricultores (WISKERKE e PLOEG, 2004; GAZOLLA, 2012).

Exemplo disso seriam os chamados “queijos coloniais” no Sul do país. Atualmente a maioria das agroindústrias elabora um produto único, indiferenciado frente aos mercados e consumidores, ganhando preços que não são remuneradores em sua comercialização. Estas mesmas iniciativas, utilizando-se da diferenciação dos tipos de queijos fabricados, através de processos inovativos em sua confecção, resultaria em produtos específicos e com maiores valores agregados. Da mesma matéria prima leite, pode-se fabricar, por exemplo, 8 ou 10 diferentes tipos de queijos (colonial, temperados, minas frescos, queijos envelhecidos em vinho ou outras substâncias, curados, queijos para ralar, etc.). É claro que para isso os agricultores necessitariam de novos conhecimentos, usar a criatividade, lançar mão de processos inovativos, apoio dos atores de desenvolvimento e das instituições. Essa é uma estratégia mais sustentável de crescimento das agroindústrias do que a mencionada anteriormente, que é muito forte junto às políticas públicas e instituições que trabalham com os agricultores.

O terceiro conjunto de elementos que dão vida as agroindústrias são a base material e de recursos técnicos produtivos que as unidades familiares possuem e o uso que fazem deles. A base material de recursos autocontrolada é que lhes dá maior autonomia frente ao ambiente institucional, em suas decisões e estratégias usadas (PLOEG, 2008). Essa base constitui-se por elementos como a posse da terra, produção para autoconsumo e recursos técnicos produtivos gerados (tecnologias, insumos, água, recursos financeiros) que são essenciais aos processos de produção de matérias primas e processamento dos alimentos. Em muitos casos, essa base de recursos autocontrolada é também mercantilizada, mas apenas parcialmente, o que garante processos semiautônomos de reprodução social das agroindústrias.

Por outro lado, esta base de recursos autocontrolada é utilizada de uma maneira estratégica. Em termos econômicos, as agroindústrias possuem muito do que Marsden (2009) chama de “fazer várias coisas com os mesmos recursos” - utilizam-se de economias de escopo, já que conseguem organizar-se e fabricar um conjunto relativamente grande de alimentos diversificados, mesmo possuindo recursos diminutos (pouca terra, força de trabalho, tecnologias). As agroindústrias fazem muitos (produtos, atividades produtivas, econômicas, serviços) com uma mesma base de recursos limitada, agindo diferente, por exemplo, de uma

empresa rural. Este dois fatores, uma base de recursos autocontrolada e o uso em economias de escopo, fazem as iniciativas sobreviverem através do tempo nos espaços rurais, mesmo com um ambiente institucional não amigável a elas, por exemplo, no caso de algumas legislações agroalimentares.

O quarto elemento essencial à compreensão das agroindústrias é a noção de agregação de valor. Esse é um elemento central e potencializador de todas as experiências de agroindustrialização. Ploeg (2008) esboça uma definição mais geral de valor agregado como uma das características centrais do que ele chama de condição camponesa. Segundo o autor, os camponeses fazem agricultura de modo a orientarem-se para a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível, pois a sua condição camponesa os faz usarem basicamente os seus recursos autocriados e auto manejados que estão disponíveis.

Essa condição camponesa (que pode também ser pensada para as agroindústrias familiares) seria fruto de cinco características principais: i) os camponeses possuem uma base de recursos quase sempre limitada; ii) a sua mão de obra é abundante, enquanto os objetos de trabalho (terra, animais, etc.) são escassos; iii) os recursos sociais e materiais dos camponeses representariam uma unidade orgânica, não divisível; iv) a centralidade do trabalho e; v) uma reprodução social relativamente autônoma e historicamente garantida, sendo pouco mercantilizados. Segundo Ploeg (2008), estas características do modo camponês de fazer agricultura o dirigiriam em direção à obtenção de níveis superiores de valor agregado, utilizando-se para isso de dois níveis inter-relacionados: a comunidade geral em que a unidade camponesa está imersa e o nível dos atores individuais envolvidos no processo.

Com outros elementos mais relacionados à agregação de valor na agricultura familiar, apontam-se outros caminhos principais pelos quais os agricultores poderiam empreender as suas ações. Primeiro, os atores sociais possuindo o controle de todos (ou dos principais) elos da cadeia de produção, desde a produção das matérias primas, processamento dos derivados, administração e comercialização dos produtos. Isso seria fundamental por manter as etapas fundamentais da cadeia produtiva nas mãos dos agricultores, lhes garantindo maiores graus de autonomia.

Nesse caso, a agregação de valor seria obtida do efeito do controle de toda ou da maior parte da cadeia de produção pelos agricultores. É isso que os dados do IBGE (2006) mostram que ocorre para a agroindústria rural em nível de país, como demonstrou-se em outro trabalho (GAZOLLA et al, 2012).

Associado a isso, embora não seja um enfoque novo no meio rural, argumenta-se que seria fundamental a redução dos custos de produção e de transação ao longo de toda a cadeia de transformação, de forma que estes valores fiquem em poder dos agricultores e não de outros atores privados e intermediários. Isso geraria aumento dos valores agregados pela via da diminuição dos custos e da dependência em relação a outros atores e mercados. Estes dois processos associados, gerariam aumento do valor agregado como um todo na cadeia de agroindustrialização dos alimentos.

Além da ideia de agregação de valor em função do domínio dos principais elos da cadeia de agroindustrialização e da diminuição dos custos, a agregação de valor é entendida como sendo constituída por mais três dimensões fundamentais, pelas quais os alimentos dos agricultores conseguem constituir maiores valores agregados, ao chegarem aos mercados. A primeira dimensão seria a das transformações dos alimentos (física, biológica, química, enzimática), que para a maior parte dos estudos é a mais salientada, por ser a mais visível e melhor expressar o seu “componente econômico”. Esta poderia ser definida como os processos de processamento que as fibras, matérias primas e alimentos passam no processo produtivo de transformações que sofrem, no qual alguns de seus constituintes químicos, nutricionais e organolépticos são modificados. Essas transformações sofridas na sua agroindustrialização agregariam um maior valor econômico aos alimentos, devido aos aspectos diferenciados que estes produtos possuiriam. Essa dimensão de agregação de valor aos alimentos ressalta o seu “valor econômico”, devido às elaborações que as matérias primas sofreram, podendo alcançar maiores valores nos mercados, gerando maiores níveis de renda as famílias. Seriam exemplos, os casos da transformação de frutas em doces ou da carne suína em salame.

A segunda dimensão dos processos agregativos de valor se desenvolveriam com base em um valor social que estes possuiriam, por serem produzidos por uma forma social de produção e trabalho

específica, que nesse caso é representada pela agricultura familiar (LONG, 2001). O que daria um maior valor agregado aos alimentos e matérias primas seriam as características culturais, étnicas e simbólicas da agricultura familiar, que seriam transmitidas aos produtos e que os definiria como sendo de “qualidades superiores” em relação a outros alimentos, por exemplo, os industrializados de empresas alimentares. Nessa definição os conhecimentos das famílias seriam centrais, pois são estes que são expressos nas características sensoriais, sabor, odor e palatabilidade dos alimentos. No Sul do Brasil isso poderia ser ilustrado, por exemplo, pela boa aceitação pelos consumidores e pelos mercados dos chamados “produtos coloniais”, que são provenientes das agroindústrias¹⁴. Ou mesmo pelos produtos ligados aos repertórios culturais de uma etnia, como é o caso do “salame italiano”, da “cuca alemã”, do “salame Cracóvia” (polonês), entre outros produtos.

A terceira dimensão da agregação de valor aos produtos é aquela ligada a um produto típico local de um determinado território ou lugar onde os mesmos são processados¹⁵. Os atributos do local como os seus recursos naturais específicos, agro ecossistemas, história do local, tradições, identidade social, entre outros aspectos é que seriam definidores da “qualidade” destes alimentos (MARESCOTTI, 2006). O espaço rural em que o processamento dos produtos é realizado é entendido como uma ancora territorial em que os vários elementos constituintes do território poderiam ser “transportados” e estariam presentes nos alimentos elaborados de uma forma única, já que estes não poderiam ser reproduzidos em outros contextos e locais. Ou seja, os produtos expressariam os aspectos essenciais fundantes de um território. No Sul do país cita-se, como exemplos, os produtos típicos locais com marcas, rótulos ou selos que identificam o seu pertencimento

¹⁴ Nesse sentido, ver Oliveira et al (1999, 2002).

¹⁵ Segundo Marescotti (2006, p. 13) um produto agroalimentar típico é um produto que apresenta alguns atributos de qualidade únicos que são a expressão de um contexto territorial específico. As características do produto são irreprodutíveis em outro lugar, ou seja, fora daquele contexto particular econômico, ambiental, social e cultural. É, portanto, único. O produto típico é um produto com qualidade específica e, deriva da própria especificidade de ser intimamente ligado ao território.

a um território, como as marcas Sabor Colonial e Terra Viva da Região Oeste de Santa Catarina.

Estas duas últimas dimensões da noção de agregação de valor são diferentes da primeira, pois a mesma ressalta a adição de um maior “valor agregado econômico” dos alimentos devido às transformações realizadas, enquanto as outras duas estão fundamentadas nos repertórios culturais e étnicos e na tipicidade específica dos produtos imersos em um território ou local. Estas são três dimensões fundamentais para se compreender as diferentes formas que os agricultores e as políticas públicas podem agir, para adicionar maiores valores às matérias primas da agricultura familiar. No Brasil o enfoque econômico ainda é predominante, no sentido de “transformar alimentos para agregar valor e gerar mais renda”. Talvez seja o momento de repensar o fortalecimento dos outros dois últimos enfoques de agregação de valores como estratégias inovativas de desenvolvimento rural para estes atores sociais, principalmente sob a óptica da “construção” de políticas públicas. Contudo, ressalta-se que a opção por uma das estratégias não exclui as outras, pois as mesmas podem ocorrer de forma integrada nas diferentes experiências de agroindustrialização e locais.

Como quinto elemento é necessário discutir as características dos mercados construídos pelas agroindústrias. Os mercados são a forma clássica que as experiências inserem-se economicamente e também desenvolvem relações sociais com outros atores e instituições; com a sociedade em geral. De maneira geral, são mercados de proximidade social e com grande interdependência entre redes sociais de atores como no caso das relações diretas de compra e venda dos agricultores com os consumidores locais e outros pequenos compradores. Em outros casos, os mercados são coletivos, formados por diversos tipos de atores, organizações e redes sociais que ajudam as experiências a ganharem escala de comercialização e supri-las com uma base de serviços disponíveis, fazendo com que estas agroindústrias consigam diminuir seus custos (produtivos e de transação) como estudos têm apontado (WILKINSON et al, 2011).

Estes mercados são construídos dessa forma devido a dois conjuntos de fatores. Primeiro, por os consumidores possuírem confiança, conhecimento dos agricultores e as transações econômicas realizadas

serem frequentes entre os mesmos, o que gera lealdades entre estes atores sociais e famílias rurais. Segundo, devido às regulamentações institucionais formais que barram muitas experiências de adequarem-se frente os padrões necessários à produção, distribuição e consumo dos alimentos. Essa é uma situação estrutural que limita o crescimento (*scale up*) de muitas agroindústrias e barra também o seu acesso aos diferentes mercados, principalmente os formais. Estes tipos de mercados são os principais, embora atualmente outros mercados inovativos estejam surgindo como as compras institucionais, mercados cooperativos e coletivos, *fair trade* em alguns casos¹⁶.

Referências

AGNE, Chaiane Leal. **Agroindústrias rurais familiares e a rede de relações sociais nos mercados de proximidade na Região do Corede Jacuí, Centro/RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. UFRGS, Porto Alegre/RS. 164 p., 2010.

BASTIAN, Lilian et al. Perfil produtivo da agroindústria rural nas regiões brasileiras: uma análise a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006. **49º Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia, Sociologia e Administração Rural**. Belo Horizonte/MG. Anais em CD-Roan. 21p., 2011.

CARVALHEIRO, Elisangela Mara; WAQUIL, Paulo Dabdab. A participação da agroindústria familiar rural de Palotina (PR) na construção social de mercados. **47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural**. Anais em Cd-Roan. Porto Alegre – RS. 16p., 2009.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Editora Nueva Vision, 342p., 1974.

¹⁶ Para ver uma reflexão mais completa sobre os mercados destas iniciativas consultar Wilkinson (2008), Gazolla e Pelegrini (2011) e Gazolla (2011).

CHÉR, Rogério. **Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante**. Editora Elsevier: Sebrae: 1ª Edição, Rio de Janeiro. 228p., 2008.

GAZOLLA, Marcio. Atores sociais e novidades na agroindústria familiar rural: avançando no debate sobre os seus mercados. **III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. PGDR/UFRGS, Porto Alegre/RS, 25p. 2011.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. Novos mercados da agricultura familiar: o caso das pequenas unidades agroindustriais produtoras de alimentos. *In*: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (ORGs.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Editora UFRGS: 1ª Edição, Porto Alegre/RS. Pp. 133-150, 328p., 2011.

GAZOLLA, Marcio; NIEDERLE, Paulo André; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agregação de valor nas agroindústrias rurais: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. 2012.

GAZOLLA, Marcio. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 292 f. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

GUIMARÃES, Gisele Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso. Por trás da falsa homogeneidade do termo agroindústria familiar rural: indefinição conceitual e incoerências das políticas públicas. **VIII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. São Luis/MA. 15p., 23 a 25 de junho de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Livro e Cd-Roan, 2006.

LONG, Norman. **Development sociology: actor perspectives**. Routledge, 1ª Edição, 285p., 2001.

_____ **Sociologia Del Desarrollo: una perspectiva centrada em el ator.** Colección Investigaciones: México, 1ª Edição. 504 p., 2006.

MALUF, Renato Sergio. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Revista Ensaios FEE.** Porto Alegre, v. 25, nº 1, pp. 299-322, 2004.

MARESCOTTI, Andrea. Le dimensioni della tipicità dei prodotti agroalimentare. *In:* Agenzia Regionale per lo Sviluppo e l'Innovazione nel Settore Agricolo-Florestale (ARSIA) (ORG.). **Guida per la valorizzazione dei prodotti agroalimentare tipici: concetti, metodi e strumenti.** Manuale ARSIA. Regione Toscana: Firenze. pp. 13-20, 125p., 2006.

MARSDEN, Terry. Mobilities, Vulnerabilities and Sustainabilities: Exploring Pathways from Denial to Sustainable Rural Development. **Sociologia Ruralis.** Vol 49, Number 2, 19 p., April 2009.

MIOR, Luis Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural.** Chapecó: SC, Editora Argos, 338 p., 2005.

_____ Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. **Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Florianópolis/SC, 20p., 22 a 25 de agosto de 2007.

_____ Trajetórias das agroindústrias familiares rurais no estado de Santa Catarina (Brasil). **IV Congreso Internacional de la RED SIAL.** Argentina, Mar del Plata. 24p., 27 al 31 del octubre de 2008.

NIEDERLE, Paulo André et al. Os mercados e canais de comercialização para os produtos da agroindústria rural no Brasil: um comparativo macrorregional. **49º Congresso da Sociedade Brasileiro de Economia, Sociologia e Administração Rural.** Belo Horizonte/MG. Anais em CD-*Roan*. 21p., 2011.

OLIVERIA, João Antônio et al. **Avaliação do potencial da indústria rural de pequeno porte (IRPP) em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPAGRO. 75p., 1999.

OLIVERIA, João Antônio et al. **Diagnóstico e potencial das agroindústrias familiares do estado do Rio Grande do Sul**. Relatório de Estudo Especial. Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina. Florianópolis: SC, 100p., Abril de 2002.

OLIVEIRA, Daniela; GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Produzindo novidades na agricultura familiar: agregação de valor e agroecologia para o desenvolvimento rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 28, n. 1, p. 17-49, jan./abr. 2011.

PLOEG, Jan Douwe van der. **The Virtual Farmer: Past, Present and Future of the Dutch Peasantry**. Editora: Van Gorcum, 1ª Edição, 432p., 2003.

_____ **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS. Coleção Estudos Rurais, 372p., 2008.

PREZOTTO, Leomar Luís. Qualidade ampla: referência para a pequena agroindústria rural inserida numa proposta de desenvolvimento regional descentralizado. *In*: LIMA, Dalmo Albuquerque; WILKINSON, John. (Orgs.). **Inovações nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, p. 285 - 300, 2002a.

_____ Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. Nº. 31, pp. 133-154, abril de 2002b.

SANTOS, Jaqueline Sgarbi. **Agroindústria familiar rural no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul/RS: uma análise do processo de comercialização**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas (UFSC). Florianópolis/SC, 123p., 2006.

SCHUMPETER, Alois Joseph. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico.** Editora Nova Cultural: São Paulo – SP. Tradução de Maria Silvia Possas, 168 p., 1985.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, Coleção Estudos Rurais, 254p., 2003.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso; HEINZ, Clóvis Ubiratã. Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para a re-estruturação e qualificação para a produção artesanal de alimentos. **Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural.** São Luis Gonzaga/RS. Anais em CD-*Roan*. 9p., 2005.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso; TREVISAN, Ana Paula. A produção e comercialização de queijos coloniais: dinâmicas de validação social da qualidade. **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural.** Londrina/PR. Anais em CD-*Roan*. 13p., 2007.

SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso et al. **O turismo e a re-criação das agroindústrias rurais tradicionais.** Retirado de < www.ufsm.br/desenvolvimento_rural/ >. 9p., acesso em Julho de 2010.

SULZBACHER, Aline Weber; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso. Os conflitos na gestão das agroindústrias familiares rurais em função de diferentes concepções de risco ambiental. **12º Encuentro dos Geógrafos de America Latina.** Montevideo/Uruguay. 11p., Del 3 al 7 de Abril de 2009.

WANDERLEY, Maria Baudel Nazareth. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexes sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Editora da UFRGS: 1ª Edição, Porto Alegre/RS. Série Estudos Rurais. 330p., 2009.

WILKINSON, John; MIOR, Luis Carlos. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 13, pp. 29-45, outubro de 1999.

WILKINSON, John. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Revista Ensaios**. Fundação de Economia e Estatística (FEE): Porto Alegre – RS, v. 23, n. 2, p. 805 – 825, 2002.

_____ **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Editora da UFRGS: Porto Alegre – RS, Série Estudos Rurais. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 213p., 2008.

WILKINSON, John; DURIGON, Clóvis; MIOR, Luis Carlos. The emergence of SME agro-industry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the South of Brazil. *In*: SILVA, Carlos; MHLANGA, Nomathemba. **Agribusiness Economist Innovative policies and institutions to support agro-industries development**. Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). Rome, 398p. 2011.

WISKERKE, Johannes; PLOEG, van der Jan Douwe (Org.) **Seeds of Transition: Essays on Novelty production, Niches and Regimes in Agriculture**. Assen: Royal van Gorcum, 256p., 2004.

Artigo recebido para publicação em:

04 de junho de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

03 de janeiro de 2014.

Como citar este artigo:

GAZOLLA, Marcio. “Redefinindo das agroindústrias no Brasil: uma conceituação baseada em suas “condições alargadas” de reprodução social”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 2, p. 62-95, 2013.